



35ª Nota Pública do Fórum Nacional de Educação – Contra o Fechamento de Turmas e Escolas

Brasília, 24 de novembro de 2015.

O Fórum Nacional de Educação – FNE, instância encarregada do monitoramento contínuo e de avaliações periódicas que objetivam o cumprimento da Lei 13.005/14, de 25 de Junho de 2014, vem a público manifestar sua preocupação com políticas educacionais que contrariam a Constituição Federal, uma vez que a Constituição Cidadã celebra a Educação como direito de cada cidadão e dever do Estado e da Família. Dentre estas políticas o FNE destaca a sua discordância com o fechamento de turmas/escolas que atendem aos trabalhadores e a seus filhos, em especial, as públicas. Tais políticas atentam contra as metas do Plano Nacional de Educação - PNE, sobretudo, àquelas direcionadas à expansão da Educação Básica, em suas etapas e modalidades, e a Educação Superior.

Questões como acesso, permanência e qualidade social requerem novos patamares para o financiamento educacional como destacado na 35ª Nota deste Fórum. Assim sendo, a oferta de uma Educação de qualidade social demanda o investimento financeiro adequado e, neste contexto, é fundamental garantir e elevar os atuais percentuais orçamentários, como uma das condições impreteríveis para assegurar o direito a educação, incluindo a implementação do CAQi e CAQ como definido no PNE.

Este Fórum se contrapõe ao fechamento de escolas e turmas e sinaliza para efetivo esforço dos entes federados a partir de planejamento que preveja o pagamento da dívida social e histórica do Estado Brasileiro com os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras e de seus filhos e filhas, com seus cidadãos negros, indígenas, do campo, pobres que somam 13,9 milhões de pessoas não alfabetizadas, com seus 51 milhões de pessoas com 15 anos ou mais sem completar o Ensino Fundamental, com seus 22 milhões de pessoas com 18 anos ou mais sem completar o Ensino Médio. Na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, o fechamento de turmas e de escolas tem gerado um crescente número de instituições privadas oferecendo exames de certificação e isso caracteriza uma política de aligeiramento que, via de regra, nega o direito do cidadão ao conhecimento.

No caso das Escolas do Campo que tiveram 24,16% de seu total fechadas nos últimos sete anos, é preciso com urgência a tomada das providências necessárias, não só para coibir o fechamento das escolas do campo, mas também, para a reforma e construção de escolas com infraestrutura física, material e tecnológica que atendam a realidade e as especificidades do Campo. Importante ressaltar que movimentos de fechamento de instituições de Educação Superior e turmas também precisam ser revistas nesse nível de ensino.

É necessário ampliar o financiamento e a oferta da Educação Básica e Superior nas instituições públicas de educação, sempre a partir de políticas públicas educativas que dignifiquem o sujeito, a sociedade e o país, e que contribuam na formação da pessoa para ser dirigente de sua própria vida e da vida política democrática do país.

Na luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade social, defendemos a ampliação dos fundos para a educação em consonância com a vinculação de mecanismos legais de fiscalização e controle dos recursos públicos, como instrumentos de garantia, efetivação e proteção do direito à educação.

Diante de todo o exposto, este Fórum se manifesta, por meio desta Nota Pública, pelo fim do fechamento de instituições de educação públicas repudiando qualquer ataque aos direitos dos brasileiros, desde o fechamento de turmas ou de instituições de educação públicas até as proposições que se pautem pelo fim ou pela flexibilização das despesas obrigatórias com a educação e outras áreas sociais, uma vez que a redução estrutural de investimentos no âmbito social representará um retrocesso, sem precedentes, das históricas conquistas cidadãs regulamentadas na Constituição Federal.

Fórum Nacional de Educação